

Brasil aguarda resposta do FMI sobre metas da política monetária

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

O governo brasileiro aguarda para as próximas duas semanas uma resposta conclusiva do Fundo Monetário Internacional (FMI) às propostas de metas da política monetária que constituirão o cerne da retomada do acordo standby, ao mesmo tempo que tenta vincular o "sinal verde" daquele organismo à liberação da parcela de US\$ 600 milhões dos bancos privados, até o final de setembro.

O principal negociador brasileiro, Mikal Gartenkraut, transmitiu ontem ao ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, a informação de que "há uma expectativa favorável", em torno das negociações que manteve por várias semanas em Washington, mas de maneira alguma já estaria assegurada a assinatura de um novo acordo de seis meses ou mesmo de uma complementação do acerto interrompido no ano passado.

Gartenkraut, que retornou sábado a Brasília, deixou em Washington algumas simulações do resultado da política monetária que o governo promete seguir ao longo dos próximos sete meses da atual administração, com diferentes alternativas para as diversas hipóteses de inflação. Em todas, segundo o Ministério da Fazenda, o Banco Central (BC) se compromete a manter um forte aperto monetário, a exem-

plo dos últimos dois meses.

Juntamente com as simulações de déficit público, reservas internacionais, endividamento externo e crédito interno líquido, estes dados estão agora sendo analisados pela Divisão do Atlântico do FMI, a quem caberá fazer o relatório ao diretor-gerente Michel Camdessus. Dependência deste relatório a posição a ser assumida pelo diretor-gerente do FMI, que decidirá se encaminha ou não a proposta de acordo ao "board" e até mesmo se emitirá um parecer público antes da assinatura da carta de intenções.

A BUSCA DO "SINAL VERDE"

O que o Brasil está buscando é exatamente esta antecipação de uma posição do FMI, que funcionaria como um "sinal verde" para o Comitê Assessor dos Bancos de Credores se dispor a liberar a parcela retida do acordo anterior ou, pelo menos, a contar com aqueles US\$ 600 milhões no acerto de juros previsto para o final do próximo mês. Isso porque o País terá que pagar cerca de US\$ 2,5 bilhões, e apenas a primeira "tranche" de um novo acordo com o FMI não resolveria 20% do problema de caixa.

A assessoria econômica do ministro João Batista de Abreu, do Planejamento, entende que a esta altura o País não poderá suspender a centralização do câmbio como pré-condição para fechar o acordo com o FMI,



Mikal Gartenkraut

já que a manutenção de reservas em torno de US\$ 6,5 bilhões tornou-se uma questão estratégica para o governo. Se houver acordo, portanto, será com a manutenção dos mecanismos que permitem reter pagamentos aos credores comerciais sempre que houver ameaça de queda neste nível de reservas.

Esta situação — até pouco tempo atrás considerada inadmissível num acordo com o FMI — já seria aceita hoje normalmente, na opinião da Seplan. Da mesma forma que o organismo está negociando um acordo de transição com o Brasil que não tenha como pressuposto o objetivo de reduzir o déficit público (seria admitido um déficit operacional da ordem de 5,5% do Produto Interno Bruto, contra 4,2% em 1988).

MECANISMOS

A lógica do ajustamento

brasileiro a curto prazo seria tentar a redução da inflação mediante uma política monetária fortemente restritiva, com juros reais pelo menos nos atuais níveis de 2 a 4% e um compromisso de austeridade fiscal que afastasse qualquer pressão sobre a emissão primária de moeda pelo lado dos gastos públicos. Se for possível manter o equilíbrio orçamentário no final de governo, não será difícil segurar a expansão monetária ao nível de 50% da inflação mensal.

"O que o fundo gostaria que o Brasil promettesse — confessou ontem um assessor de Ferreira da Nóbrega — é uma expansão de 2 ou 3% na base monetária e nos meios de pagamento, pois aí não haveria inflação que se segurasse". Mas com isso o Ministério da Fazenda não concorda, por entender que a inflação brasileira não reagiria nos moldes clássicos mesmo que o juro real fosse elevado à estratosfera.

As negociações com o "staff" do FMI continuarão a cargo do economista Mikal Gartenkraut, que ontem tomou posse como chefe da Assessoria Especial para Assuntos Econômicos, do Ministério da Fazenda. Ele substituiu o ex-secretário João Batista de Camargo, que ocupa agora a Diretoria Financeira do Banco do Brasil. Não há nenhuma data para Gartenkraut retornar a Washington, já que o governo aguarda a manifestação do FMI.